

AGENDA LEGISLATIVA | 2017

O CNMP E O ACOMPANHAMENTO PARLAMENTAR



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

AGENDA LEGISLATIVA | 2017

O CNMP E O ACOMPANHAMENTO PARLAMENTAR



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

© 2017, Conselho Nacional do Ministério Público
Permitida a reprodução mediante citação da fonte

Composição do CNMP:

Rodrigo Janot Monteiro de Barros (Presidente)
Cláudio Henrique Portela do Rego (Corregedor Nacional)
Antônio Pereira Duarte
Marcelo Ferra de Carvalho
Esdras Dantas de Souza
Walter de Agra Júnior
Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Fábio George Cruz da Nóbrega
Gustavo do Vale Rocha
Otavio Brito Lopes
Fábio Bastos Stica
Orlando Rochadel Moreira
Sérgio Ricardo de Souza
Valter Shuenquener de Araújo

Organização:

Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência (CALJ)

Projeto gráfico e diagramação: Gráfica e Editora Movimento

Impressão: Gráfica e Editora Movimento

Supervisão editorial e revisão: Assessoria de Comunicação do CNMP

Tiragem: 1.000 exemplares

Conselho Nacional do Ministério Público

Agenda Legislativa : o CNMP e o acompanhamento parlamentar / Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília : CNMP, 2017.

44 p.

1. Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência (CALJ). I. Brasil. Conselho Nacional do Ministério Público.

Biblioteca/CNMP

CDD – 340

PL 5707/2016

Assunto	Dispõe sobre a estrutura organizacional e o quadro de pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências.
Autor	Procuradoria-Geral da República
Última tramitação	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Encerrado prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas. (02/08/2016)
Posicionamento	Situação: Aguardando Parecer – Ag. devolução Relator não membro Aprovação

PL 27/2016

Assunto	Dispõe sobre o subsídio do Ministro do Supremo Tribunal Federal referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal e dá outras providências. Fixa o subsídio mensal do Ministro do Supremo Tribunal Federal em R\$ 36.713,88 a partir de 1º de junho de 2016; e R\$ 39.293,32 a partir de 1º de janeiro de 2017.
Autor	Supremo Tribunal Federal
Última tramitação	Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) Recebido nesta Comissão nesta data. (16/02/2017)
Posicionamento	Situação: Aguardando instalação da Comissão <i>Aprovação</i>

PL 28/2016

Assunto	Dispõe sobre o subsídio do Procurador-Geral da República. Estabelece que o subsídio mensal do Procurador-Geral da República será de R\$ 36.713,88 a partir de 1º de junho de 2016 e de R\$ 39.293,32 a partir de 1º de janeiro de 2017.
Autor	Procurador-Geral da República
Última tramitação	Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) Recebido nesta Comissão nesta data. (16/02/2017) Situação: Aguardando instalação da Comissão
Posicionamento	Aprovação

PL 80/2016

Assunto

Define, dentre outros, crime de abuso de autoridade dos magistrados e dos membros do Ministério Público; criminaliza o caixa dois eleitoral por arrecadar, receber ou gastar o candidato, o administrador financeiro ou quem de fato exerça essa função, ou quem atuar em nome do candidato ou partido, recursos, valores, bens ou serviços estimáveis em dinheiro, paralelamente à contabilidade exigida pela lei eleitoral; responsabiliza os partidos políticos nos âmbitos administrativo, civil e eleitoral, por atos lesivos previstos, praticados em seu interesse ou benefício.

Autor

Antonio Carlos Mendes Thame e outros

Última tramitação

Assessoria Técnica (ATRSGM)

Juntado ao processado do PLC nº 80, de 2016, original de manifestação do OF. PRESI Nº 765, do Tribunal de Justiça do Acre, e cópia da carta resposta encaminhada pelo Senador Elmano Férrer, no exercício da Primeira Secretaria do Senado Federal. (fls. 221/225). (22/02/2017)

Situação: Devolvido em atendimento à decisão judicial.

Posicionamento

Aprovação

PL 280/2016

Assunto	Define os crimes de abuso de autoridade cometidos por membro de Poder ou agente da Administração Pública, servidor público ou não, da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, que, no exercício de suas funções, ou a pretexto de exercê-las, abusa do poder que lhe foi conferido. Estabelece que a lei entra em vigor 60 dias após a publicação.
Autor	Renan Calheiros
Última tramitação	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) Juntei, de ordem da Presidência do Senado Federal, o Ofício nº 233/2016/DIV, de 8/12/2016, da Câmara Municipal de Governador Valadares, do Estado de Minas Gerais, com manifestação sobre a matéria (fls. 540 a 555). (13/02/2017) Situação: Aguardando designação do relator
Posicionamento	Rejeição

PEC 287/2016

Assunto	PEC da reforma da previdência. Altera os arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências.
Autor	Poder Executivo
Última tramitação	Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC 287/2016 Apresentação do Requerimento n. 132/2017, pelo Deputado Ronaldo Fonseca (PROS-DF), que: "Solicita seja convidado para participar de Audiência Pública desta Comissão os representantes do FONAP, Entidade de Bombeiros e Policiais Militares, para auxiliar no debate sobre a seguridade social" (23/02/2017) Situação: Aguardando Parecer do Relator na Comissão Especial
Posicionamento	Rejeição

PEC 62/2015

Assunto

Altera os arts. 27, § 2º, 28, § 2º, 29, incisos V e VI, 37, § 12, 39, § 4º, 49, incisos VII e VIII, 73, § 3º, e 93, inciso V, da Constituição Federal, para vedar a vinculação remuneratória automática entre subsídios de agentes públicos e afastar a previsão de que os Ministros do Tribunal de Contas da União terão os mesmos vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

Autor

Gleisi Hofmann e outros

Última tramitação

Secretaria de Atas e Diários (SEADI)

Encaminhadas à publicação as Emendas nº 18 a 22 – PLEN. É proferido pelo Senador Vicentinho Alves o Parecer nº 1019, de 2016 – PLEN, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável na forma da Emenda nº 23 – PLEN (Substitutivo) que oferece. Discussão encerrada, em primeiro turno. Encaminhado à publicação e aprovado o Requerimento nº 975, de 2016, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que solicita a preferência para a Emenda nº 18 – PLEN (Substitutivo). A votação da matéria é adiada por falta de quórum. (14/12/2016)

Situação: Secretaria de Atas e Diários (SEADI)

Posicionamento

Rejeição

PEC 63/2013

Assunto

Altera a Constituição Federal para estabelecer que os integrantes do Ministério Público e magistratura da União, dos Estados e do Distrito Federal fazem jus à parcela mensal indenizatória de valorização por tempo de exercício no Ministério Público e na magistratura calculada na razão de cinco por cento do subsídio do respectivo cargo a cada quinquênio de efetivo exercício, até o máximo de sete; assegura aos que ingressarem na Magistratura e no Ministério Público a contagem de tempo de exercício anterior em carreiras jurídicas, bem como na advocacia; estabelece que a presente Emenda à Constituição entra em vigor e produz efeitos financeiros a partir da sua publicação, alcançando o tempo de serviço anterior à sua vigência.

Autor

Jorge Afonso Argello e outros

Última tramitação

Secretaria Legislativa do Senado Federal (SLSF)

A matéria continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2, de 2014. Aguardando inclusão em Ordem do Dia. Votação, em primeiro turno. (19/01/2015)

Situação: Pronta para deliberação do Plenário

Posicionamento

Aprovação

PEC 505/2010

Assunto

Altera os arts. 93, 95, 103-B, 128 e 130-A da Constituição Federal, para excluir a aposentadoria por interesse público do rol de sanções aplicáveis a magistrados e para permitir a perda de cargo, por magistrados e membros do Ministério Público, na forma e nos casos que especifica.

Autor

Senado Federal

Última tramitação

Plenário (PLEN)

Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia nº 5670/2016, pelo Deputado Renzo Braz (PP-MG), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia da PEC nº 505 de 2010, que 'Altera os Arts. 93, 95, 103-B, 128 e 130-A da Constituição Federal, para excluir a aposentadoria por interesse público do rol de sanções aplicáveis a magistrados e para permitir a perda de cargo, por magistrados e membros do Ministério Público, na forma e nos casos que especifica'". (07/12/2016)

Situação: Aguardando designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Posicionamento

Aprovação

PL 4471/2012

Assunto	Altera os arts. 161, 162, 164, 165, 169 e 292 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.
Autor	Paulo Teixeira
Última tramitação	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Indeferido o Requerimento nº 4.681/2016, conforme despacho do seguinte teor: “Indefiro o Requerimento nº 4.681/2016, nos termos do art. 142, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD. Publique-se. Oficie-se”. (04/11/2016)
	Situação: Pronta para Pauta no Plenário (PLEN)
Posicionamento	Aprovação

PL 8045/2010

Assunto	Código de Processo Penal. Revoga o Decreto-Lei nº 3.689, de 1941. Altera os Decretos-Lei nº 2.848, de 1940; 1.002, de 1969; as Leis nº 4.898, de 1965; 7.210, de 1984; 8.038, de 1990; 9.099, de 1995; 9.279, de 1996; 9.609, de 1998; 11.340, de 2006; 11.343, de 2006.
Autor	José Sarney
Última tramitação	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Indeferido o Requerimento n. 5583/2016, conforme despacho do seguinte teor: “Indefiro o Requerimento n. 5.583/2016, nos termos do art. 142, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, porque os Projetos de Lei n. 7.479/2014 e 8.045/2010 tratam de matérias correlatas. Publique-se. Oficie-se”. (15/02/2017) Situação: Aguardando Parecer do Relator na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8045, de 2010, do Senado Federal, que trata do “Código de Processo Penal” (revoga o Decreto-Lei nº 3.689, de 1941. Altera os Decretos-Lei nº 2.848, de 1940; 1.002, de 1969; as Leis nº 4.898, de 1965; 7.210, de 1984; 8.038, de 1990; 9.099, de 1995; 9.279, de 1996; 9.609, de 1998; 11.340, de 2006; 11.343, de 2006), e apensado (PL804510)
Posicionamento	Rejeição

PL 7921/2014

Assunto	Cria cargos efetivos e em comissão e funções de confiança no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências. Altera a Lei nº 11.372, de 2006, e revoga dispositivo da Lei nº 12.412, de 2011.
Autor	Ministério Público da União
Última tramitação	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebimento do Ofício nº 520/2015 (CN) comunicando resultado da apreciação do veto. Resultado: mantido o veto total apostado ao Projeto de Lei (20/11/2015)
Posicionamento	Situação: Vetado totalmente Aprovação

PEC 42/2013

Assunto	Altera o artigo 130-A da Constituição Federal, para incluir os Ministérios Públicos de Contas e seus Membros na jurisdição do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.
Autor	Wellinton Dias e outros
Última tramitação	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) – Secretaria de Apoio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador José Maranhão, designa Relator da matéria o Senador Antonio Anastasia. (19/06/2015)
Posicionamento	Situação: Matéria com relatoria Rejeição

PEC 244/2008

Assunto Altera o Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências

Autor **Laerte Bessa**

Última tramitação **Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)**

Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-284/2015. (11/02/2015)

Situação: Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Posicionamento **Rejeição**

PL 3771/2008

Assunto	Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985. Obriga que os investigados sejam notificados quando o Ministério Público instaurar Ação Civil Pública
Autor	Bonifácio de Andrada
Última tramitação	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-356/2015. (11/02/2015) Situação: Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
Posicionamento	Aprovação

PL 1258/1995

Assunto	Estabelece critérios para realização de interceptação ou escuta telefônica (“grampo”), para fins de investigação criminal ou instrução processual. Regulamenta a Constituição Federal de 1988.
Autor	Pedro Simon
Última tramitação	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-4677/2016. (22/03/2016) Situação: Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA
Posicionamento	Aprovação

PEC 236/2012

Assunto	Acrescenta o § 6º ao art. 99 e o § 7º ao art. 127 da Constituição Federal, para garantir as autonomias orçamentárias do Poder Judiciário e do Ministério Público, vedando ao Poder Executivo alterar suas propostas orçamentárias para encaminhamento à apreciação do Congresso Nacional.
Autor	Walter Feldman
Última tramitação	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivada nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-907/2015. (11/03/2015) Situação: Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
Posicionamento	Aprovação

PL 5069/2013

Assunto	Acrescenta o art. 127-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. Tipifica como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto.
Autor	Eduardo Cunha e outros
Última tramitação	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Ofício nº 50/2015 da Agência Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP, manifestando posição contrária à aprovação deste. (24/12/2015)
Posicionamento	Situação: Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN) Rejeição

PL 3123/2015

Assunto	Disciplina, em âmbito nacional, a aplicação do limite máximo remuneratório mensal de agentes políticos e públicos de que tratam o inciso XI do caput e os § 9º e § 11 do art. 37 da Constituição. Explicação: Revoga as Leis nº 8.448, de 1992; 8.852, de 1994; e dispositivo da Lei nº 10.887, de 2004.
Autor	Poder Executivo
Última tramitação	PLENÁRIO (PLEN) – 14h: Sessão Deliberativa Ordinária Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão. (06/07/2016)
Posicionamento	Situação: Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN) Rejeição



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO